

Escândalo em ar condicionado

Ricardo A. Setti

Dormita suavemente em um conjunto de salas da secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, docemente embalado pelo ronronar de computadores em ação e no aconchego de uma temperatura permanentemente agradável, um dos maiores escândalos em curso neste país. Perto dele, a torrente de bandalheiras que esguichou da corretora estatal Banespa é fichinha. Trata-se de um pesadelo que atormenta o sono do governador Orestes Quéricia, arrepiando os já ralos cabelos de seu secretário especial para acompanhamento de programas de governo, Alberto Goldman, e já despertou até as atenções federais do ministro da Administração, Aluizio Alves: a folha de pagamento do funcionalismo público paulista.

O escândalo não está, propriamente, no fato que significa o governo paulista sustentar, de forma direta, uma multidão de um milhão de funcionários ativos, aposentados e pensionistas. É claro que esse mastodonte informe e guloso, que devora meio bilhão de cruzados por dia, consome quase toda a arrecadação do ICM do estado mais rico do país e inviabiliza os planos de qualquer governo sério, já constitui, por si, um quadro capaz de horrorizar os cidadãos. O pior e mais revoltante, porém, são alguns aspectos que essa folha de pagamentos apresenta quando olhada com lente de aumento.

Podemos começar pelos "marajás" — em São Paulo, certamente um exemplo de espertezas inigualado no país, capaz de tornar os problemas enfrentados com pioneirismo pelo governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, tão amenos como uma excursão à Disneyworld. Segundo as primeiras investigações do deputado Waldyr Trigo, do PMDB — que entende do assunto, pois foi quem levantou pela primeira vez, para o JORNAL DO BRASIL, o caso dos "marajás" da Polícia Militar paulista —, existem desembargadores do Tribunal de Justiça que ganhariam 2,4 milhões de cruzados por mês, que é mais do que o governador Orestes Quéricia (salário de 150 mil cruzados) ganha em um ano inteiro.

Ao se falar no Judiciário — o menos criticado e o mais intocável dos poderes da República, aí incluídos, Montesquieu que nos perdoe, o próprio poder militar —, é preciso mencionar sua contribuição para este estado de coisas. Seja qual for o salário máximo real de seus desembargadores, o poder Judiciário em São Paulo é peça fundamental para se entender a força de corrosão que a folha de pagamentos exerce sobre os recursos públicos. Todos os quase três mil "marajás" dos três poderes

viram-se garantidos por decisões judiciais que interpretaram atos do Executivo em governos passados e leis da Assembléia, e que tiveram o alegre condão adicional de beneficiar diretamente, mais tarde, vários dos próprios julgadores. Através de complexas construções técnicas, que incluem conceitos impenetráveis como "sexta parte" e "incidência recíproca", chegou-se a uma situação em que os salários dos "marajás" paulistas, somados às vantagens que funcionários comuns obtêm diariamente por meio de recursos à Justiça, fazem sangrar 30% do total da folha mensal de pagamentos.

Para se dimensionar o que significa tal montanha de dinheiro, basta dizer que se essa hemorragia fosse estancada por meros 9 meses, já haveria recursos para construir a terceira linha do metrô de São Paulo inteirinha — um colosso de 7,5 quilômetros que vai ligar até o começo da próxima década os bairros de Vila Prudente e Vila Madalena, com 6 estações e uma capacidade de transportar um milhão de passageiros por dia. Mas o metrô vai ter que esperar: funcionários passam a ganhar mais, via recursos à Justiça, a uma velocidade de 6 mil novos casos por mês, se tomarmos a média de processos que o governo estadual perdeu no ano passado na Justiça.

Se o leitor que não é "marajá" e dá um duro para ganhar o seu dinheiro já se irritou, controle-se porque ainda tem mais. Quem ouviu falar nas "virgens casadas"? Pois este é o apelido que recebem as alegres senhoras que recebem pensões, muitas vezes polpudas, herdadas de seus pais — à custa, é claro, dos contribuintes. A lei reza que um funcionário, ao morrer, deixa uma pensão para a mulher. Esta, ao morrer, pode por sua vez legar a mesma pensão a filhas que tenham até 21 anos ou, no caso de mais velhas que isso, sejam solteiras. O previsível resultado é que existem muitas mulheres com marido, filhos e até netos recebendo pensões do Estado sem trabalhar — porque, embora casadas, deixaram de passar num cartório para continuar tecnicamente solteiras. Não é de se estranhar, pois, que os inativos engulam 30% do total do dinheiro que o Estado gasta com funcionários. O mais aterrorizador é que, continuando nessa marcha, em 15 anos metade de toda a folha vai para os inativos — de verdade ou não.

Fatos reveladores como esses precisam comover a Constituinte e levá-la a aprovar uma norma que fixe um teto máximo para salários de funcionários públicos de todos os níveis, seja a que título for — e à prova de decisões judiciais generosas.

São exigências da dignidade — e do bolso — nacionais.